

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2011, do Senador Paulo Paim, que *altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados.*



SF/18532.28866-93

Relator: Senador **HÉLIO JOSÉ**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 629, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados.*

O art. 1º do projeto determina o acréscimo da alínea *f* no inciso II do art. 3º da mencionada lei, para permitir incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária uma das possibilidades de fomento à produção cultural e artística, nos termos previstos no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

O art. 2º, por sua vez, propõe o acréscimo da alínea *i* ao § 3º do art. 18 da mesma lei, para que o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária seja incluído na relação de itens que podem ser deduzidos no Imposto de Renda.

O art. 3º traz a cláusula de vigência da lei em que vier a se tornar o projeto, que será a data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da proposição afirma que as rádios comunitárias, a despeito de sua importância, têm encontrado muitas dificuldades para se manter. A legislação em vigor desde 1998 (Lei nº 9.612, editada em 19 de fevereiro de 1998 daquele ano) não criou alternativas de financiamento para o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Dessa forma, faz-se necessário utilizar os mecanismos de apoio existentes no campo da cultura.

A proposição foi examinada pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Assuntos Econômicos (CAE). No colegiado que nos antecedeu na análise da matéria, foram aprovadas duas emendas com o propósito de estabelecer que, para receber os recursos incentivados de que trata o projeto, a rádio comunitária tenha, no mínimo, 80% de programação de caráter cultural.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre cultura, caso do projeto de lei em análise.

Tendo em vista o caráter terminativo da análise, compete a esta comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em comento.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, a proposição não apresenta vícios, tendo sido observadas as disposições constitucionais pertinentes à iniciativa (art. 61), à competência da União (comum com Estados, Distrito Federal e municípios) para legislar sobre a matéria (art. 23, V) e à atribuição do Congresso Nacional para apreciá-la (art. 48, I).

Da mesma forma, o PLS nº 629, de 2011, cumpre os requisitos relativos à juridicidade e à regimentalidade.

No que concerne ao mérito, é importante salientar que as rádios comunitárias são, hoje, componentes fundamentais na construção da identidade local de inúmeras comunidades. Em se tratando de populações



que, em muitos casos, não são alcançadas pelas ações sistemáticas do Poder Público, que se encontram à margem das políticas de assistência, observa-se que o serviço de radiodifusão comunitária cumpre um papel importantíssimo.

A análise do mérito cultural da proposição não deve considerar, tão somente as ações assistencialistas (que, registre-se, são realmente importantes), mas precisa colocar em evidência o fato de que, com seu alcance limitado em decorrência da restrição da capacidade de seus equipamentos, essas rádios põem-se a reproduzir costumes, falares e hábitos locais e, sobretudo, a fortalecer redes de solidariedade.

Tal componente, de difícil mensuração, expressa valores fundamentais do ponto de vista sociológico, que se materializam em termos de *identidade cultural* e *pertencimento*. Se a mídia convencional dilui o indivíduo na grande coletividade, as iniciativas de valorização da cultura local (e aí se incluem as rádios comunitárias) concorrem para a reconstrução dos elos que o ligam a sua comunidade. Tais ações colocam em evidência os vínculos locais, antigos laços de parentesco e de vizinhança e o conteúdo simbólico que precisa permear a relação do indivíduo com sua comunidade e com o espaço que ocupa.

As Comissões que nos antecederam na análise da matéria já destacaram os aspectos econômicos da proposição. Não há dúvida de que, com o marco legal em vigor, as rádios comunitárias terão muita dificuldade de seguir em sua missão.

Dessa forma, avaliamos como extremamente meritório o projeto sob exame. E, uma vez que cumpre, também, a esta Comissão manifestar-se sobre as Emendas nºs 3 e 4 – CAE, entendemos que os acréscimos realizados aperfeiçoam a proposição e contribuem para o adequado emprego dos recursos públicos. Afinal, estamos tratando de renúncia fiscal; em última instância, são recursos do contribuinte brasileiro a serem empregados no desenvolvimento do setor cultural.



III – VOTO

Tendo em vista o exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2011, com as Emendas nºs 3 e 4 aprovadas na CAE.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

